

# **NEWSLETTER 09**

## **Comércio & Desenvolvimento Sustentável**

Janeiro de 2023

## Apresentação

O CINDES apresenta o nono número da série Comércio & Desenvolvimento Sustentável – uma Newsletter que tem por objetivo facilitar o acesso a informações sobre mudanças regulatórias e tendências na interseção entre as regulações de trabalho, meio ambiente e o comércio internacional.

Esta edição está dedicada aos seguintes temas: preparação da UE para emitir novas regras contra às práticas de *greenwashing*, plano da UE para subsidiar tecnologia verde e o que esperar da agenda ESG em 2023 para o contexto internacional.

### 1. União Europeia se planeja para impor regras contra o *greenwashing*

A UE vem se preparando para emitir novas regras relacionadas às práticas de *greenwashing* ou “lavagem verde”. De acordo com a Comissão Europeia, em 2020, mais da metade das informações divulgadas pelas empresas no mercado europeu sobre as características ambientais dos produtos eram enganosas ou pouco fundamentadas. Tais práticas criam dificuldades para a escolha dos consumidores e distorcem as condições de competição no mercado, prejudicando as empresas que, de fato, fazem esforços para aprimorar as características ambientais de seus produtos.

O Pacto Verde Europeu (*European Green Deal*), lançado em dezembro de 2019, estabelece que as empresas que fazem propaganda das qualidades ambientais de seus produtos devem basear as informações divulgadas em uma metodologia padrão, que permita avaliação do seu impacto ambiental.

O Plano para Economia Circular, de 2020, incorpora o compromisso de que a Comissão Europeia proporá que as empresas baseiem suas alegações ambientais usando métodos de pegada ambiental para produtos e organizações.

De acordo com informações divulgadas pelo Financial Times, as regras atualmente em discussão exigem que as empresas que divulgam qualidades ambientais de seus produtos, terão de substantiar sua avaliação por meio de uma metodologia conhecida como pegada ambiental do produto (PEF) ou pelo uso de metodologias alternativas recém-aprovadas pela UE.

Essa iniciativa inclui uma exigência de que as empresas comprovem suas afirmações de “compensação” de carbono, além de regulamentações sobre resíduos de embalagens e reciclagem de aparelhos eletrônicos.

Entre os objetivos finais da iniciativa estão o incentivo ao consumo mais sustentável no bloco, a disponibilidade de uma estrutura padronizada para avaliar os impactos ambientais de produtos e comprovar alegações do tipo “100% reciclado” ou produzido com ingredientes “completamente naturais”. As regras serão aplicáveis a todos os produtos e serviços à venda

no mercado único da UE, com exceção dos serviços financeiros que são regulamentados separadamente.

A metodologia PEF cobre 16 categorias de impactos, incluindo mudanças climáticas, uso da terra e da água, entre outras, mas não incluem áreas como conteúdo reciclado ou reusado. As empresas não poderão divulgar informações que não estejam cobertas por uma metodologia autorizada.

Fontes: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/01/12/marketing-ambiental-enganoso-em-metade-dos-produtos-vendidos-na-ue.ghtml>.

<https://www.ft.com/content/5dde3181-3112-4280-8357-9b7881b7ae4c>

[https://ec.europa.eu/environment/eussd/smgp/initiative\\_on\\_green\\_claims.htm](https://ec.europa.eu/environment/eussd/smgp/initiative_on_green_claims.htm)

## 2. Plano da UE para subsidiar tecnologia verde

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentou, durante seu discurso no Foro Econômico Mundial, em Davos, as linhas gerais do novo Plano Industrial do Pacto Verde (*Green Deal Industrial Plan*) para transformar a Europa no centro da tecnologia limpa e inovação verde no caminho para emissões líquidas zero.

O Plano terá quatro pilares: ambiente regulatório, financiamento, capacitação e comércio. De acordo com von der Leyen, para avançar no primeiro pilar, a Comissão Europeia vai lançar um o *Net-Zero Industry Act*, que seguirá os moldes da política europeia para os semicondutores (*Chips Act*) para estimular o desenvolvimento de indústrias de tecnologia limpa até 2030, incluindo toda a cadeia produtiva. Ela afirma ainda que o *Net-Zero Industry Act* avançará conjuntamente com *Critical Raw Materials Act* para reduzir a dependência de terras raras e outros insumos essenciais, principalmente da China.

O discurso da representante da UE deixa claro que a iniciativa é em boa medida uma reação às políticas industriais e comerciais recentemente aprovadas nos Estados Unidos - Lei de Redução da Inflação, além de lidar com o que considera como práticas comerciais desleais da China e os riscos de deslocamento das indústrias europeias para outros continentes. Há uma declarada preocupação em avançar na estratégia de emissões líquidas zero sem criar novas dependências de fornecedores específicos de insumos, partes e peças ao longo das cadeias produtivas.

Além dos quatro pilares voltados para a política industrial verde, von der Leyen anunciou que a União Europeia responderá de forma mais “robusta” às práticas desleais de comércio e fez menção especial à China. Tais práticas referem-se principalmente aos subsídios industriais e às restrições de acesso dos produtos europeus ao mercado chinês. Reconhecendo que o bloco deverá continuar a trabalhar e comercializar com a China, particularmente durante a transição,

há a necessidade de reduzir o risco (*de-risking*) mais do que *decoupling*. Para lidar com as práticas consideradas desleais, a UE recorrerá à sua nova Regulação de Subsídios Estrangeiros (*Foreign Subsidies Regulation*).

Fontes: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_23\\_232](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_23_232).

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/01/17/ue-apresenta-plano-de-subsidios-a-empresas-de-tecnologia-limpa-em-resposta-a-china-e-eua.ghtml>.

### 3. O que esperar da agenda ESG no contexto internacional em 2023?

A agenda ESG (“*Environmental, Social and Governance*”, em inglês) tende a ocupar lugar de destaque no contexto internacional em 2023, com impactos sobre o comércio mundial. Em um mundo marcado por turbulências na economia mundial, guerras, conflitos sindicais, crises sanitárias e uma maior disputa por suprimentos de combustíveis fósseis, as empresas são chamadas a contribuir para a construção de um mundo melhor e mais “verde”. De acordo com a Financial Times, alguns dos grandes temas ESG para se prestar atenção em 2023 são:

#### a) A pressão por divulgações de sustentabilidade esquentada

O *International Sustainability Standards Board* (ISSB) vem trabalhando para integrar os padrões de sustentabilidade aos relatórios das corporações. A *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados Unidos vem descobrindo lacunas nos relatórios relacionados ao aspecto climático em diversas empresas e vem buscando maneiras de garantir a divulgação de informações mais fidedignas. As empresas tendem a argumentar que as obrigações com a divulgação das ações ESG em seus relatórios, seguindo metodologias específicas, aumentam seus custos.

#### b) Bancos centrais intensificam escrutínio climático

A crescente pressão em bancos centrais e reguladores prudenciais para uma melhor proteção do sistema financeiro contra eventos climáticos adversos levará a um debate político sobre os princípios climáticos do *Federal Reserve* (FED) e a incorporação, por parte dos bancos com ativos de mais de US\$100 bilhões, dos riscos financeiros relacionados ao clima em suas estratégias de alto nível e auditorias anuais. Outros exemplos dessa iniciativa são a proposta que tramita no Comitê de Assuntos Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, que aumenta os requisitos de capital bancário para os ativos mais poluentes. Somada a isso, há a possibilidade de os bancos centrais de todo o mundo assumirem uma posição mais rigorosa na preparação do setor financeiro para os riscos conectados ao colapso de sistemas naturais, em decorrência das decisões tomadas na cúpula da biodiversidade – COP15.

c) Bancos multilaterais de desenvolvimento se voltam para o financiamento misto

O massivo consumo de combustíveis fósseis por parte de países não ocidentais dificulta a prevenção do aquecimento global, independentemente das ações tomadas no Ocidente. É preciso criar mecanismos para estimular a transição energética nestes países. Novas plataformas financeiras, usando fundos públicos ou filantrópicos para reduzir o risco de investimentos privados, poderiam contribuir nesta direção. Entretanto, a existência de entraves burocráticos impede que iniciativas deste tipo se concretizem. Resolução do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e inovações em torno de estruturas alternativas, como o Instituto Rockefeller, que está testando o uso de seus fundos para apoiar investimentos privados em finanças verdes na África, vêm adotando este conceito e planejam acelerá-lo em 2023.

d) Cruzada republicana anti-ESG chega ao 2º ano

Nos EUA, republicanos vêm intensificando seus ataques aos investimentos em medidas/políticas ESG após a proposta da SEC de exigir a divulgação destas medidas nos relatórios corporativos. As reações políticas contrárias ao ESG se concentram em duas dúzias de estados controlados pelos republicanos.

e) Mais ações judiciais são esperadas em meio a novos escrutínios de *greenwashing*

Há uma tendência crescente ao escrutínio de fundos de ativos que se dizem majoritariamente ou integralmente compostos por investimentos ESG. Administradores destes fundos deverão estar mais atentos à fidedignidade das informações divulgadas quanto às características ESG dos ativos que administram. Um exemplo desta tendência é a investigação da DWS, um dos principais gestores de ativos no mundo, por autoridades alemãs e norte-americanas sobre a alegação de exageros na divulgação de fatores ESG nas suas decisões de investimentos. Os reguladores nos EUA e na União Europeia estão pressionando por regras que obriguem os gestores de fundos a comprovar que a maior parte dos ativos, em um fundo com marca ESG, está de acordo com o anunciado. Os riscos desse cenário não são limitados ao setor financeiro, abrangendo marcas destinadas ao consumidor, como varejistas de roupa, produtoras de engradados e até empresas aéreas.

f) Cuidado com o retrocesso dos governos

Uma eventual invasão chinesa a Taiwan, em 2023, levaria ao aumento do preço da energia, aumentaria o consumo de carvão a um recorde histórico e reduziria as oportunidades de cooperação internacional. Apesar desse conflito ser um cenário hipotético, os números ruins da inflação e do crescimento mundial testarão os limites dos orçamentos dos governos e suas capacidades de planejamento a longo prazo. Dessa forma, uma boa política climática em 2023, para muitos, significará honrar as promessas realizadas nas últimas cúpulas de clima e biodiversidade, além de novas lideranças em países como Brasil e Austrália se mostrarem preparadas para desacelerar a destruição de florestas tropicais ou abandonar lucrativas atividades de mineração de carvão. Em novembro de 2023, a ONU realizará a primeira

avaliação do progresso realizado após o Acordo de Paris. Será possível, então, saber onde nos encontramos em termos de avanços nos compromissos de mitigação de mudanças climáticas.

g) Hidrogênio desperta o interesse de capitalistas de risco

Hidrogênio e outras fontes de energia vêm sendo testadas não apenas por *startups*, mas também pelos grandes grupos industriais e de serviços. Um volume significativo de recursos de capital de risco, em busca de novas e grandes oportunidades, está fluindo para fontes de energias alternativas como hidrogênio verde, vento, energia de fusão e uso de baterias de água salgada em vez de dispositivos de íon-lítio para armazenar energia verde. Há uma corrida para encontrar ideias inovadoras e promissoras nesta área.

h) Investimentos em energia solar saem da China

Segundo estimativas do *Credit Suisse*, cerca de US\$ 1,7 trilhão em investimentos fluirá para o setor de energia limpa na próxima década, graças à Lei de Redução da Inflação (IRA) assinada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Tal cenário criará um efeito cascata global, em especial no continente asiático, pois, com a crescente tensão entre Ocidente e China e o desejo de reduzir a dependência em relação à China, a ideia de desenvolver fornecedores de bens, como painéis solares, em países considerados “amigos” ganha popularidade no Ocidente. Todavia, a definição de que países são “amigáveis” se torna uma tarefa árdua, dadas as turbulências na política internacional. Por outro lado, em tempos de preocupações ESG, aspectos relacionados a direitos humanos e sociais ganham relevância na análise de para onde mover e localizar os novos investimentos.

i) Momento crítico para os mercados de carbono

O ano de 2023 será crucial para o mercado voluntário de carbono, visto que as empresas correm para comprar créditos para compensar suas emissões, buscando recuperar as perdas de 2022. Defensores do mercado voluntário de carbono o veem como um meio vital para levantar capital para financiar o desenvolvimento sustentável. Entretanto, há ainda muitas brechas na regulação do novo mercado internacional de carbono da ONU, que não foram sanadas na COP 27 e cujas negociações deverão ser retomadas na COP28 deste ano, em Dubai.

Fontes: <https://www.ft.com/content/e8b319c4-5231-426a-95dc-310053e41db1>